

O projeto Alunorte e a nova economia mundial

Brasil

Uma notícia publicada pelo Jornal da Tarde na semana passada é altamente preocupante, não só pelos efeitos imediatos que poderá ter sobre nosso problemático balanço de pagamentos, mas por ser indicativa de uma tendência dos grandes investidores em relação à economia brasileira, devido à incapacidade das autoridades federais de entenderem as razões mais profundas de gestos como esses dos japoneses: um pool de 23 bancos e empresas do Japão, liderado pelo Eximbank de Tóquio, comunicou oficialmente à Vale do Rio Doce sua desistência de participar oficialmente do projeto Alunorte. Sem a colaboração dos japoneses será praticamente impossível à Vale levar adiante o programa de produção de alumina no Pará nos moldes em que estava programado.

- 6 JAN 1987

Os japoneses já investiram 62,7 milhões de dólares no projeto e emprestaram outros cem milhões, que deverão agora ser transformados em participação acionária na empresa. Pelos planos da Vale, porém, esta participação deveria chegar a 300 milhões de dólares, o que não mais se dará. A razão principal do recuo do Japão é puramente comercial: a tonelada de alumina está cotada a 120 dólares no mercado internacional e o custo de produção da Alunorte seria bastante superior a este valor. E não há perspectivas de melhoria a médio prazo.

JORNAL DA TARDE

Esse fato sozinho já constitui uma séria advertência aos responsáveis pela política econômica do governo brasileiro, que até agora não parece terem-se dado conta do que é a nova economia mundial sobre a qual discorreu Peter Drucker, em artigo que publicamos há alguns meses, e, mais recentemente, o "papa" da teoria do suply-side, George Gilder, sobre cujo artigo falaremos mais adiante.

Mas se a principal razão do recuo japonês é mercadológica, não há dúvida também de que o comportamento do governo brasileiro na condução de sua política econômica em nada tem contribuído para estimular a aplicação de capitais estrangeiros no Brasil.

Recentemente, quando esteve no Japão tentando acertar a participação de capitais daquele país em outros projetos do governo brasileiro, o ministro João Sayad foi alertado para este problema: se o governo Sarney não mudasse seu comportamento hostil ao capital estrangeiro, dificilmente atrairia novos investidores. E ainda poderia perder muitos dos que aqui já estavam atuando.

Mesmo com essas advertências — e com as medidas práticas adotadas por muitos credores e investidores, cujos reflexos já podiam ser sentidos no balanço de pagamentos desde julho passado —, as autoridades de Brasília não alteraram um centímetro seu procedimento. Pelo contrário, algumas tornaram mais explícita sua ojeriza aos dólares que aqui aportam para ajudar diretamente no nosso desenvolvimento. Foi o caso, particularmente escandaloso, pois em determinados momentos desobedeceu até orientações do presidente José Sarney, do ministro da Ciência e Tecnologia. O sr. Renato Archer, com a decisiva colaboração da SEI, comandou uma guerra aberta contra nossos principais parceiros comerciais em 1986, sobretudo os Estados Unidos, com o declarado intuito de enxotá-los do Brasil. Guerra esta que culminou com a elaboração de um projeto de proteção à produção e comercialização de programas de computadores que não só assustou ainda mais o capital externo como irá prejudicar — talvez irremediavelmente — se nenhuma providência for tomada — os interesses do Brasil no campo da ciência e tecnologia.

O sr. Archer e todas as pessoas no governo e na periferia do poder na Capital Federal que comungam dessas posições falsamente nacionalistas estão colocando o Brasil cada dia mais longe desta segunda Revolução Industrial que o mundo está experimentando. Como diziam Peter Drucker e George Gilder em seus artigos, as tecnologias de ponta, a era da informática, estão deslocando o eixo da economia mundial. Os fatores prioritários no sistema econômico hoje já não são mais as matérias-primas mas o domínio da tecnologia, o saber. E saber é poder neste final de século XX. O já referido artigo de George Gilder, publicado originalmente pela revista L'Express e que reproduzimos em nossa edição de 22 de dezembro passado, explica bem este fenômeno e suas consequências:

"O efeito imediato, e já visível, é um declínio abrupto do valor dos recursos naturais (como a bauxita de Carajás, por exemplo). Um microprocessador é feito de areia, um material dos mais comuns. As panelas são feitas com 80% de matéria-prima, os automóveis com 40%, mas um circuito integrado com apenas 2%. Em alguns anos, alguns quilos de cabos de fibras óticas, também constituídas quase inteiramente de areia, transportarão tantas informações quanto uma tonelada de cobre. Um único satélite já substitui diversas toneladas de fios de cobre. A utilização do aço, do carvão, do petróleo e outros materiais cai igualmente na mesma proporção.

"No passado, o domínio de certas regiões do Globo dava um imenso poder político e econômico. Hoje, não apenas os recursos do subsolo estão perdendo rapidamente seu valor, mas as empresas e os capitais de superfície são extremamente móveis. Os mercados de capitais tornaram-se globais, os fundos podem dar a volta ao mundo com a velocidade da luz, saltando de um satélite para um cabo de fibras óticas. Os homens podem emigrar em um Boeing 747 ou em um Concorde. Empresas podem mudar-se em apenas algumas semanas. Não se tira praticamente nenhuma vantagem, na era que é a nossa, do controle de um território."

É desta nova onda que o atual governo brasileiro, com suas atitudes e idiosyncrasias, está cada vez mais afastando o Brasil. A saída dos japoneses do Projeto Alunorte é um reflexo desta nova situação, mas para ela também contribuiu a política da administração Sarney. Enquanto no Brasil a tecnologia (o saber) encontra barreiras intransponíveis e crescentes e o capital externo é escorregado, em outros países se criam facilidades para atraí-los. Como observou Gilder no mesmo artigo que citamos acima, a nova política tributária norte-americana, que privilegiou a redução dos impostos, vai funcionar como um forte atrativo para empresários, pesquisadores e trabalhadores do mundo inteiro. Dia virá em que até os brasileiros mais empreendedores, cansados de trabalhar para engordar um Estado inepto como o nosso, irão procurar abrigo não só nos Estados Unidos mas também no Japão, na Coréia do Sul, em Taiwan e tantas outras nações onde trabalhar, investir capital, produzir não seja considerado um crime punível com confiscos tributários crescentes e traiçoeiros.